

## POLÍTICA ECONÔMICA

# Aperto continua até o carnaval, segundo Haddad

STÁDO DE SÃO PAUL  
ROLF KUNTZ

A política de aperto continuará, pelo menos até o carnaval, segundo o ministro do Planejamento, Paulo Haddad. Só haverá redução geral de juros, com maior espaço para a economia crescer, a partir do segundo trimestre. E isso ocorrerá, acrescentou, somente se for aprovada neste ano a reforma tributária.

Os líderes de partidos, disse o ministro, comprometeram-se a um esforço para votar a reforma até dezembro, se o projeto fosse enviado ao Congresso até quinta-feira passada.

Dinheiro mais barato, este ano, poderá ser oferecido pelo Banco do Brasil (BB) a empresas pequenas, para capital de giro e especialmente para pagamento do 13º salário. O BB, informou o ministro, deverá abrir créditos especiais, com juros de 12%, ao ano além da taxa referencial (TR).

Num encontro com jornalistas de Economia, em São Paulo, anteontem à noite, Haddad apontou os pontos principais da agenda do governo. O primeiro passo é vender a idéia da reforma a cada um dos vários grupos de interesse. Isso tornará mais claros, disse o ministro, os motivos de resistência de cada um. Mas ele adiantou qual deverá ser, em sua visão, o setor mais atingido: o financeiro, precisamente o grande beneficiário da Lei nº 8.200. Graças à lei, grandes grupos financeiros poderão deixar de recolher, até 1995, o equivalente a US\$ 12 bilhões. A mudança do Imposto de Renda das pessoas jurídicas deverá compensar a perda.

**Estratégias** — Ao mesmo tempo, o Executivo monta uma estratégia de ação para ser seguida até 1994. O presidente Itamar Franco é legalmente interino e assume esse papel, mas todo o planejamento é baseado na hipótese de sua permanência na chefia do governo, explicou Haddad. As grandes linhas de ação devem ser divulgadas nos próximos dias, com a indicação de estratégias de curto e de longo prazo, de um programa de ação fiscal e de uma política de privatização. A ação de curto prazo deve incluir uma nova política salarial.

A idéia de correção mensal ou de gatilho é rejeitada pelo ministro do Planejamento. Isso causaria problemas ao setor público. Mas nada será divulgado, acrescentou, antes de uma discussão com o ministro do Trabalho, Walter Barelly, que deverá retornar da Guatemala no final da semana. Com a decisão, cancela-se a idéia de divulgar os novos planos amanhã.

**Como privatizar** — Os leilões de privatização deverão continuar normalmente até março. Com essa rodada praticamente se esgotará, segundo o ministro, o estoque de moedas podres no mercado. O setor siderúrgico, disse Haddad, pode ser privatizado sem problemas. Questões mais complicadas vão surgir quando se tratar de setores como eletrônica e telecomunicações. O próprio empresariado, comentou o ministro, tem interesse em discutir cuidadosamente as condições de privatização dessas atividades, a divisão de funções e a política de tarifas.

Além da privatização, a reforma fiscal deverá prosseguir no próximo ano. A idéia de reduzir a tributação sobre o sistema produtivo já é parte das mudanças propostas ao Congresso. No passo seguinte será possível defender a substituição do Imposto sobre Circulação e Mercadorias (ICMS), de competência estadual, por um Imposto sobre o Valor Agregado, incidente apenas no destino do produto.

No estudo realizado na gestão do ministro Marcílio Marques Moreira estava previsto um tributo desse tipo. A proposta deverá ser reapresentada no próximo ano, disse o ministro Haddad. As perdas eventuais de alguns Estados, como São Paulo e Minas, podem ser compensadas por políticas específicas, acrescentou.

Será preciso retomar em breve os contatos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O acordo original se tornou inviável e desde junho o ministro Marcílio sabia disso, segundo Haddad. A discussão terá de ser reaberta em bases mais realistas.